



QUEM MANDOU MATAR MARIELLE?

ELEIÇÕES VIRTUAIS TELEPRESENCIAIS PARA A DIRETORIA DO ANDES-SN (BIÊNIO 2020-2022)



**3, 4, 5 E 6
DE NOVEMBRO
DE 2020**

**DAS 9h ÀS 21h
(HORÁRIO DE BRASÍLIA)**

CARTA DO 9º CONAD EXTRAORDINÁRIO

Entre 28 e 30 de setembro, de forma virtual, foi realizado o 9º CONAD Extraordinário do ANDES-SN. Infelizmente, no momento em que mais de um milhão de pessoas morreram pela COVID-19 no mundo. Deste(a)s, que não devem ser considerado(a)s apenas números, mais de 14% são brasileiras e brasileiros. São quase 145 mil mortes que poderiam ter sido evitadas se os governos Federal, estaduais e municipais não estivessem dispostos a sacrificar as vidas da classe trabalhadora em nome do lucro e do capital. Foi neste contexto e com duros ataques à(o)s trabalhadore(a)s, e em uma situação extraordinária criada pela pandemia do novo coronavírus, que 226 docentes de 70 seções sindicais de todo o país reuniram-se virtualmente para debater os desafios do movimento docente nacional na luta em defesa da educação pública e gratuita e dos serviços públicos. Neste CONAD Extraordinário, a realização de grupos mistos possibilitou avanços para as decisões sobre o plano de lutas e as questões organizativas.

O 9º CONAD Extraordinário se encerra em um dia nacional de lutas, em que trabalhadoras e trabalhadores de todo o país, por meio de seus fóruns unitários nos estados, atuaram para demonstrar sua disposição de combater a nefasta Reforma Administrativa (PEC 32/2020) de Bolsonaro. Essa contrarreforma, um verdadeiro “Future-se” para o conjunto dos serviços públicos, ao contrário do que o capital e seus agentes afirmam, não serve para combater privilégios, mas sim para reforçar as desigualdades sociais, pois desmontará os serviços públicos por meio da retirada de direitos históricos de servidore(a)s público(a)s que atuam no atendimento direto à população em serviços de saúde, assistência social e, obviamente, na educação.

Apesar da enorme pluralidade e diversidade de posições que apareceram nesse CONAD, houve uma importante unanimidade: o reconhecimento da necessidade de mantermos nosso Sindicato

Nacional na linha de frente do enfrentamento ao conjunto dos ataques contra a educação pública e gratuita e aos direitos da classe trabalhadora como um todo, especialmente mulheres, grupos LGBTQIA+, negras e negros, povos indígenas e quilombolas, que são principais vítimas dos ataques da extrema-direita contra a vida humana e a natureza.

Por isso, a atualização do plano de lutas do sindicato, a partir da avaliação de que há um recrudescimento dos ataques implementados pelo capital, reconheceu a necessidade de avançarmos na articulação de entidades e movimentos da classe trabalhadora para resistir aos ataques da extrema-direita privatista, negacionista, anticidência e fundamentalista. Assim, a organização da luta em um patamar superior e a construção de um calendário nacional de lutas se colocam no centro de nossas ações.

Delegadas e delegados do 9º CONAD Extraordinário também dedicaram suas energias para debater um dos principais males que assola trabalhadoras e trabalhadores da educação em todo país: o ensino remoto. Hoje, com a maior parte das instituições atuando prioritariamente por meio de propostas chamadas de Ensino Remoto Emergencial (ERE ou outros eufemismos), estamos vivendo a exclusão dos setores mais pobres e periféricos da classe trabalhadora de algo que deveria ser um direito, a educação pública, e não um privilégio apenas para aquelas e aqueles que podem pagar por equipamentos, boas conexões de internet e materiais didáticos. Também estamos vivendo o adoecimento de nossa categoria assim como seu sofrimento, pois as propostas de ERE quase sempre foram e são implementadas sem garantia de condições de trabalho, sem debates com a comunidade acadêmica e apenas aprofundando o processo de precarização do trabalho docente. Mais ainda, estamos vendo a concretização de um plano perverso do capital para a educação: suplantando definitivamente a modalidade presencial por um sucedâneo

que impossibilita uma educação dialógica, integral e, de fato, formativa. Denunciar as consequências nocivas e excludentes do ERE e aprofundar o diálogo nas seções sindicais para defender os nossos direitos e nossas condições de trabalho será uma das prioridades do ANDES-SN.

Finalmente, o 9º CONAD Extraordinário, ao debater questões organizativas, reafirmou seu compromisso com princípios históricos do ANDES-SN, especialmente a democracia e a consulta às bases. Encerrando um amplo e prolongado debate que começou desde o início da pandemia, o CONAD deliberou por realizar o processo eleitoral em 2020, mas sem colocar em risco as vidas de trabalhadoras e trabalhadores ou de nossa base sindicalizada. Por isso, delegadas e delegados decidiram que as eleições serão realizadas por meio de um processo eleitoral telepresencial.

Ainda que a conjuntura extraordinária exija medidas extraordinárias em nosso sindicato, o 9º CONAD Extraordinário se encerrou reafirmando a perspectiva de luta, democrática e autônoma que marcou a história do Sindicato Nacional. Encerramos esse encontro nacional prestando nossa homenagem a todas e todos que morreram vítimas da pandemia do capital e, também, ao nosso companheiro argentino Quino, que infelizmente faleceu neste dia, 30 de setembro, após 88 anos de uma vida que serviu para alegrar e enriquecer o cotidiano da classe trabalhadora com suas tiras inteligentes que se materializaram na personagem Mafalda e suas críticas ácidas às contradições do mundo capitalista. Como diz uma tirinha da Mafalda “Já pensaram que, se não fosse por todos, ninguém seria nada?”

Resistir à precarização do trabalho docente por meio do ERE!

Defender a educação pública, gratuita e presencial para toda a classe trabalhadora!

Derrotar a Reforma Administrativa!

Defender a vida acima do lucro!

#ForaBolsonaroMourão!

EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // site: www.andes.org.br // e-mail: imprensa@andes.org.br

Diretor Responsável: Cláudio Mendonça

Edição: Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Coordenação Editorial: Jamile Rodrigues MTb 0010916/DF

Jornalistas: Bruna Yunes DrT 9045/DF, Luciana Sendyk, Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Diagramação, revisão e arte final: Angel Holanda // Fotos: Imprensa ANDES-SN, Divulgação, Banco de Imagens

Congresso Mundial da Educação reuniu defensores da Educação Pública de diferentes países



“**E**m Defesa da Educação Pública e contra o Neoliberalismo” foi o tema do 1º Congresso Mundial da Educação, encontro virtual realizado nos dias 26 e 27 de setembro, com a presença de diversos nomes que defendem a educação pública na América Latina e de outros países. O ANDES-SN esteve presente como entidade observadora e pode acompanhar as quatro mesas temáticas: “Situação Educativa Mundial”; “Universidade e Defesa da Educação pública”; “Agregações, sindicalismo democrático e transformação educativa” e “Educação Popular e pedagogias críticas”; bem como a abertura e o encerramento.

A organização do evento foi uma resposta ao Fórum Mundial da Educação de 2015, realizado na Coreia do Sul, dominado pelas organizações privadas transnacionais do setor da educação, que defendem a privatização da educação e as novas tecnologias de ensino a distância em detrimento de permitir a manifestação de trabalhadores e trabalhadoras do setor. Em contraponto, o Congresso foi pautado na luta unitária em defesa da Educação Pública e contra o neoliberalismo.

A secretária-geral do ANDES-SN, Eblin Farage, ressaltou o caráter do Congresso, anunciado já no seu título, de construção de uma educação que, de fato, interesse ao conjunto da classe trabalhadora dos países

participantes. Segundo ela, a resistência à imposição de uma educação terciária, aligeirada e mercantilizada é um imenso desafio a ser travado pelo conjunto das organizações. Eblin destacou ainda que pensar o processo educacional em todos os níveis, que de fato contribua para a emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras, tem sido uma das principais lutas do Sindicato Nacional.

“O elemento central de resistência ao neoliberalismo é a nossa organização coletiva pela base, ao lado da articulação com outros movimentos sociais, de outros segmentos da classe trabalhadora”, destacou Eblin, acrescentando que “enfrentamos certamente o ataque mais intenso que já sofremos ao longo dos últimos 30 anos, intensificado ainda mais após o governo de extrema-direita ser instalado no Brasil”, pontuou.

O evento reuniu mais de dez mil participantes de 25 países, de todos os continentes, com maioria de latino-americanos. Em comum, todos falando o mesmo idioma: a linguagem da resistência em defesa da educação. Unidos no combate ao discurso de que o ato de educar pode se dar distante de professoras e professores, longe de salas de aula, estiveram presentes representantes dos movimentos sindical, popular, acadêmico, científico, das pedagogias críticas, dos movimentos feministas, antirracistas, ecologistas e outros.

Os debates trouxeram a necessidade de um sindicalismo democrático, comprometido com a transformação educacional, com o futuro da escola e da universidade e com a defesa da educação pública, das pedagogias críticas e com a necessidade de coordenação global das lutas pelos direitos dos professores e da educação como um direito social e humano.

Osvaldo Coggiola, diretor do ANDES-SN, fez uma contextualização do atual momento, relacionando o avançado grau de privatização do ensino público à história do Brasil. Último país a abolir a escravidão e ainda subserviente à políticas coloniais, sofreu ao longo de sucessivos governos, em especial o atual, com políticas que privilegiam do setor privado educacional em detrimento do público.

“Uma parte enorme da população é descendente de escravizados, e o país tem a inusitada circunstância de ter o mais baixo índice de alunos cursando universidades públicas em toda a América Latina, representado por apenas 20% do total de matriculados no ensino superior”, destacou.

Coggiola citou Paulo Freire e sua luta contra a concepção bancária da educação, com o objetivo de formar não apenas pessoas capazes de aprender técnicas, mas sim seres humanos completos.

O mesmo autor foi lembrado por Eblin Farage em sua fala durante o Congresso. “Se o projeto do capital para a Educação é internacional, de destituição de seu sentido dialógico, que contribua para o processo de consciência da classe trabalhadora, é fundamental que nós, de forma também internacional, sejamos capazes de construir um projeto que faça frente ao desmonte que a educação pública vem sofrendo no conjunto da América Latina”, concluiu a diretora do ANDES-SN.

O Congresso foi encerrado com a tarefa, às entidades, de constituir de uma organização internacional ampla das trabalhadoras e trabalhadores da Educação, que possibilite a articulação entre organizações sindicais, associações, grupos de educação popular e profissionais comprometidos com a luta da classe.

9º Conad Extraordinário decide formato da eleição para diretoria do ANDES-SN e atualiza plano de lutas dos setores

Delegadas e delegados também aprovaram por unanimidade as prestações de contas do Sindicato



O 9º Conad Extraordinário do ANDES-SN, realizado entre os dias 28 e 30 de setembro, definiu como se dará o processo de eleições para a nova diretoria do ANDES-SN e, ainda, atualizou o plano de lutas dos setores do Sindicato Nacional frente à realidade imposta pela adoção do Ensino Remoto Emergencial nas instituições. As delegadas e os delegados aprovaram também as contas da entidade para o exercício de 2019, do 39º Congresso realizado em fevereiro desse ano e a previsão orçamentária para 2021.

“Um momento de absoluta excepcionalidade com a mais grave crise sanitária em cem anos, exigiu uma medida excepcional que foi consultar a base do ANDES-SN através de mais um CONAD Extraordinário. Buscamos preservar um princípio estruturante do sindicato: organização pela base”, explica Antonio Gonçalves, presidente do ANDES-SN.

Para o presidente do Sindicato Nacional, a categoria entendeu, ainda, que é possível garantir a democracia interna no ANDES-SN e consultar as bases sobre a sucessão na diretoria do sindicato através de eleições

telepresenciais, o que foi expresso nas deliberações do Conad.

O 9º Conad Extraordinário, o segundo realizado pela internet, contou com a presença de 224 participantes, entre eles, 67 delegados, 124 observadores, representantes de 70 seções sindicais do ANDES-SN, além de 7 convidados e 26 diretores nacionais.

As discussões foram abertas com a plenária que analisou a conjuntura e o movimento docente. Os debates permitiram aprofundar as diferentes percepções sobre o cenário nacional e internacional de ataques e também de organização da classe trabalhadora, durante o período de crise sanitária imposta pela pandemia da Covid-19.

“O 9º Conad Extraordinário teve uma participação expressiva das Seções Sindicais que nos permitiu atualizar o plano de luta dos setores, reafirmar a posição contrária à substituição do ensino presencial pelo remoto, a importância das pautas locais na luta contra o ERE e apontar na perspectiva de construção de uma greve sanitária, caso haja tentativa de retorno presencial sem condições de segurança”, avaliou o presidente do ANDES-SN.

Antonio destacou, ainda, a aprovação por unanimidade da prestação das contas de 2019 e do 39º Congresso, assim como a previsão orçamentária para 2021.

Plano de Lutas dos Setores

Temas como as contradições e precarização do Ensino Remoto Emergencial (ERE), condições de trabalho e segurança, os ataques aos docentes e universidades, institutos federais, Cefet e, também, aos serviços e servidores públicos foram alguns dos assuntos debatidos pelos docentes.

Durante a plenária, os docentes atualizaram o plano de lutas do Setor das IES/Imes e ressaltaram que o Ensino Remoto Emergencial já é uma realidade em grande parte das instituições de ensino superior (IES) públicas. Foi aprovado que as seções sindicais lutem pela inadmissibilidade do retorno presencial sem as condições sanitárias seguras; que a implementação do ensino remoto não seja colocada como alternativa ao ensino presencial; e, quando adotado o ERE, que sejam consideradas as desigualdades de acesso, de gênero, de raça, de classe, geracionais e todas aquelas que excluem pessoas, com planos de reparação e recuperação.

Na ocasião, os docentes aprovaram também que as seções sindicais elaborem, em conjunto com a categoria, um levantamento sobre as consequências do ERE e um plano com as necessidades que garantam o retorno presencial quando as condições sanitárias forem favoráveis.

No debate sobre a atualização do plano de lutas do Setor das Ifes, um dos focos foi o avanço do Ensino Remoto Emergencial nas instituições federais.

Após as discussões, os delegados e as delegadas aprovaram que se continue o diálogo com a categoria a respeito do ERE, expondo as suas contradições e denunciando a precarização, além de lutar contra o ensino remoto como política permanente, construir pautas locais e ações contra a precarização do trabalho e do ensino remoto e, ainda, assegurar que o Estado garanta condições estruturais para discentes e docentes que estiverem no ERE.

A continuidade da luta pela revogação da Emenda Constitucional 95/16 e contra o PL 3076/2020, referente ao Future-se, também foi aprovada. Sobre o retorno às atividades presenciais, a plenária deliberou que o ANDES-SN, via seções sindicais, defenda o isolamento social até o momento em que seja possível uma retomada segura - a partir da análise crítica das orientações das autoridades sanitárias locais - e que seja fomentado o debate sobre a luta em defesa de condições sanitárias e estruturais apropriadas para o retorno de atividades presenciais.

Ainda no âmbito do Setor das Ifes, foi encaminhada a intensificação da luta pela democracia e autonomia das instituições federais de ensino (IFE), evidenciando os processos de intervenção do governo Bolsonaro nas instituições.

Os docentes defenderam, ainda, melhores condições de trabalho e segurança para a categoria, maiores orçamentos e serviços públicos. Foi aprovado também

o fortalecimento do Fórum Sindical, Popular e de Juventudes de Luta pelos Direitos e pelas Liberdades Democráticas, no âmbito nacional e nos estados, para a realização de ações contra a Reforma Administrativa e pela valorização dos serviços e servidores públicos.

Eleições

O formato e período das eleições para a escolha da diretoria do Sindicato Nacional, para o biênio 2020/2021, foram discutidos no último dia do 9º Conad extraordinário. As eleições estavam previstas para ocorrer, presencialmente, em maio desse ano, mas foram suspensas devido à pandemia. Os delegados e as delegadas definiram que o processo eleitoral ocorrerá no formato telepresencial, em novembro deste ano, antes das eleições municipais. A data, de 3 a 6 de novembro, foi indicada após o Conad, pela Comissão Eleitoral Central (CEC). A posse ocorrerá em dezembro deste ano, durante o 10º Conad Extraordinário.

O modelo chamado de telepresencial demanda que o sindicalizado se apresente, via câmera, em uma sala eleitoral virtual com um documento de identidade e receberá, então, um link com limite de tempo para acesso e registro do voto. As salas virtuais contarão com a presença de fiscais de ambas as chapas.

Esse formato foi considerado, pela maioria dos delegados e das delegadas, como o mais apropriado e seguro para a realização das eleições do Sindicato Nacional. Conforme relatos de alguns participantes, a eleição telepresencial já foi experimentada por outras entidades sindicais e garante a identificação do eleitor, o sigilo do voto e possibilidade de auditoria do processo. Foi decidido, também, pela contratação de uma empresa especializada para a realização do pleito e, ainda, outra empresa de auditoria, para acompanhar o processo.

CEC

Após a realização do 9º Conad Extraordinário, a Comissão Eleitoral Central se reuniu para definir a data da eleição (3 a 6 de novembro) e encaminhar todas as demandas necessárias para que o processo se dê conforme o deliberado pela categoria.

Raquel Dias, presidente da CEC, ressalta que essas eleições se dão em um momento de excepcionalidade e que um dos grandes desafios para os docentes foi analisar as eleições à luz da conjuntura política, de ataques profundos, e também de uma crise sanitária e da pandemia, que atinge não apenas o Brasil, mas o mundo inteiro.

“As eleições ocorrem dentro desse contexto marcado por muitas adversidades, profundas contradições e de ataques aos serviços públicos de uma maneira geral e à educação, como um direito público, gratuito e universal, para todos e todas”, ressalta.

Ela destaca que a preocupação da diretoria Nacional e da CEC foi ouvir a categoria docente sobre o processo e pensar conjuntamente como realizar o processo eleitoral. Para isso, foram realizados dois conads extraordinários, o oitavo que prorrogou o mandato da atual diretoria e o nono que definiu como e quando se dará o processo eleitoral.

“A realização de eleições envolve a defesa dos princípios do sindicato, como o princípio da democracia, a garantia de que a base delibere a respeito da direção que gostaria que estivesse à frente da entidade nesse momento de pandemia e de ataques e, também, o princípio da autonomia do sindicato. Não poderíamos simplesmente relegar o tema das eleições para um momento posterior”, afirma.



**ELEIÇÕES VIRTUAIS
TELEPRESENCIAIS PARA
A DIRETORIA DO ANDES-SN
(BIÊNIO 2020-2022)**



**3, 4, 5 E 6 DE NOVEMBRO DE 2020
DAS 9h ÀS 21h (HORÁRIO DE BRASÍLIA)**

MANIFESTO - CHAPA 1 – UNIDADE PARA LUTAR: em defesa da Educação Pública e das Liberdades Democráticas

UM SINDICATO AUTÔNOMO PARA DEFENDER A EDUCAÇÃO PÚBLICA E AS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

VOTE CHAPA 1
entre os dias 3 e 6 de novembro!

 @andes.chapa1

 Chapa 1 - Unidade para Lutar

 /ANDESUnidadeParaLutar

 chapa1unidadeparalutar.com



Direitos conquistados com muitas lutas da classe trabalhadora passaram a ser desmontados pelas contrarreformas neoliberais, já na década de 1990. Governos atacam as/os servidoras/es públicas/os e as políticas sociais. A EC95 e demais medidas de asfixia orçamentária da educação, agências e políticas de fomento à pesquisa científica e tecnológica públicas, ou projetos como o Future-se, buscam submeter as universidades aos interesses do capital.

As contrarreformas e os ataques são muitos, como a previdência a contrarreforma Administrativa que retira a estabilidade, direitos e a autonomia do funcionalismo público, favorece a privatização e favorece práticas como a “rachadinha”. Ainda temos o ensino remoto prejudica os mais pauperizados, precariza condições de trabalho e a qualidade da educação. Nesse contexto, a autonomia universitária é atacada, à exemplo das intervenções do governo Bolsonaro nas eleições nas IES.

Defendemos:

- A recomposição do orçamento para as universidades federais, estaduais e municipais, institutos federais (IF) e CEFET;
- A recomposição do salário, o regime de trabalho de Dedicção Exclusiva como prioritário, a carreira docente parametrizada no projeto do ANDES-SN, assim como condições adequadas de trabalho;
- A democracia nas universidades federais, estaduais, municipais, CEFET, IF, para os/as docentes da carreira de ensino superior e da educação básica, técnica e tecnológica, com a garantia de liberdade de expressão e de respeito às decisões da comunidade acadêmica;
- Que o retorno presencial só seja realizado quando houver condições sanitárias que garantam a preservação da vida;
- Denunciar e lutar contra o ensino remoto por ser a forma mais precarizada e excludente de ensino à distância, e ao mesmo tempo, sem regulamentar, lutar

para que o Estado assuma os custos e não os docentes e estudantes.

- Construção de uma ampla frente de luta pelo Fora Bolsonaro! e contra o conjunto de retirada de direitos, como elemento importante de unidade política para avançar na conjuntura. É preciso barrar as políticas econômicas ultra ou neoliberais, em especial a contrarreforma administrativa;

Nosso sindicato deve continuar forte, articulado com os movimentos sociais, estudantil e populares, mantendo-se na luta pela superação da ordem do capital e construção de uma universidade democrática. Compreendemos como estratégico a luta pela educação pública, gratuita, laica, de qualidade, antipatriarcal, antirracista, anticapacitista, antilgbtfóbica e socialmente referenciada, que o ANDES-SN construiu ao longo de sua trajetória, deve estar articulada à luta pela reorganização e unificação da classe trabalhadora.

Vamos aprofundar o trabalho de base, mobilizar a categoria, em todos os setores do nosso sindicato, para enfrentar as políticas de desmonte da educação pública e de retirada de direitos. Nossa chapa estará totalmente dedicada a estas tarefas.

Por isso reafirmamos nosso compromisso em defesa de um sindicato autônomo, de luta e pela base, que se organiza a partir das deliberações de suas instâncias, com Unidade para Lutar: em defesa da educação pública e das liberdades democráticas.

CHAPA 1
ELEIÇÕES ANDES-SN



EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E DAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

Vamos trazer o ANDES-SN de volta para a categoria docente



O Sindicato Nacional ANDES é, hoje, uma realidade distante para muitos e muitas colegas docentes que estão vivendo cotidianamente a ameaça da Reforma Administrativa, os percalços do ensino remoto, o ataque à autonomia e democracia universitárias, a precarização das condições de trabalho, a crise de financiamento da educação, ciência e pesquisa, as ameaças à estrutura da carreira e à liberdade de cátedra.

Em meio à pandemia que está ceifando milhares de vidas, isto tudo se agrava. Nessa situação, o pouco caso com as demandas cotidianas da categoria tem nos deixado carentes de uma efetiva liderança sindical nacional.

As Associações Docentes locais têm cumprido o seu papel e, não por acaso, vêm se tornando referências maiores do que o próprio ANDES-SN. Em parte, isso se deve ao fato de que são as ADs locais que se envolvem mais diretamente no cotidiano de cada docente, mas, por outro lado, isso também é consequência das escolhas feitas

pelas últimas diretorias do ANDES-SN que têm afastado nosso Sindicato Nacional das demandas concretas que dizem respeito ao conjunto de nossa categoria.

Trata-se de uma concepção sindical que há anos domina a vida do ANDES-SN. Aquela que renunciou a ter um sindicato representativo da maioria dos professores e professoras e adotou a concepção de “sindicato dos lutadores”, ou seja, voltado apenas para quem comunga das convicções da direção.

É à luz desse diagnóstico que construímos uma chapa de oposição à atual diretoria do ANDES-SN: a Chapa 2 – Renova ANDES, para recuperar a conexão entre o sindicato e o conjunto de seus filiados e filiadas.

Apresentamos um programa para o próximo período que, através de uma renovação do ANDES-SN, seja capaz de enfrentar o momento atual, com seus gravíssimos efeitos sobre a categoria docente, e defender mais e melhores serviços públicos, necessários para

manter e ampliar as Universidades, Colégios de Aplicação (CAPs) e a carreira EBTT, Institutos Federais e CEFETs.

É preciso estar mais próximo da base e, ao mesmo tempo, mais aberto a atuar junto com as associações científicas, movimentos sociais, movimento estudantil, técnico-administrativos e demais trabalhadores terceirizados da educação e suas organizações.

Como chapa, nós temos nossas posições sobre muitos temas e iremos defendê-las, mas é nosso compromisso que esta defesa não será feita através da exclusão autoritária de outras perspectivas. Só assim conseguiremos reunir a força necessária para enfrentar os desafios que temos pela frente.

São pilares da CHAPA 2 – RENOVA ANDES-SN:

- **Autonomia**, para devolver o ANDES-SN para o Movimento Docente;
 - **Democracia e ampliação da mobilização, das filiações e da participação da categoria**, para aumentar a representatividade e a força do ANDES-SN;
 - **Participação efetiva nas lutas em defesa dos Direitos, da Democracia, da Educação, da Ciência e Tecnologia**, para que o ANDES-SN possa cumprir seu papel sindical;
 - **Construção da unidade**, para que o ANDES-SN possa estar à altura do difícil momento histórico que vivemos.
- Vote Renova ANDES - Chapa 2! Por um Sindicato de todas e de todos os docentes.**

renovaandes.org
facebook.com/RenovaAndes/
instagram.com/renovaandes/



Faculdades particulares demitem professores em massa e lotam salas virtuais

Se as demissões de professores das instituições de ensino superior (IES) privadas já eram rotineiras a cada ano, as circunstâncias provocadas pela pandemia da Covid-19 foram decisivas para acelerar os desligamentos e precarizar, ainda mais, o trabalho docente.

Apenas no estado de São Paulo, desde abril, mais de 1,6 mil professores de faculdades particulares foram demitidos, segundo o Sindicato dos Professores de São Paulo (Sinpro-SP). Com a redução do corpo docente e a implementação do ensino remoto, turmas de níveis e até de cursos diferentes foram agrupadas. Algumas turmas, segundo o Sinpro-SP, podem ter entre 250 ou 350 alunos na mesma aula.

No Distrito Federal, as instituições particulares de ensino superior registraram, entre julho e setembro, 425 demissões de professores, de acordo com o Sindicato dos Professores em Estabelecimento Particulares de Ensino do Distrito Federal (Sinproep-DF). A entidade estima que 60% dos professores tiveram perdas na grade horária, com a consequente diminuição de salários desde o início do isolamento social.

No final do primeiro semestre, a Universidade Cruzeiro do Sul (Unicsul) foi uma das instituições que mais demitiu professores no Brasil. A universidade dispensou cerca de 35% do seu corpo docente, estima o Sinpro-SP, que entrou com ação no Tribunal Regional do Trabalho pedindo a suspensão liminar das demissões. A Cruzeiro do Sul Educacional

é o quinto maior grupo de ensino do país.

Já na Universidade Nove de Julho (Uninove), sediada em São Paulo, cerca de 500 docentes foram demitidos no primeiro semestre do ano. Eles revelaram, à agência de notícias A Pública, sobre a surpresa ao saber da demissão por uma mensagem na tela do computador ao acessar o sistema.

Outro caso que gerou grande revolta aos professores foi a proposta do Centro Universitário Sumaré, localizado em São Paulo, de que todos os professores tivessem a carga horária do próximo semestre reduzida para uma única aula semanal. A instituição ofereceu pagar ao professor o valor da hora-aula mais R\$ 1,00 por aluno na turma.

Lucro acima de tudo

As instituições têm alegado que as demissões são necessárias diante da crise econômica decorrente da desistência de muitos estudantes e o aumento da inadimplência durante a pandemia do novo coronavírus.

Entretanto, durante anos, o ensino superior privado se beneficiou de políticas estatais como o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), criado em 1999, e o Programa Universidade para Todos (Prouni), de 2005. Mesmo com o corte de verbas, as faculdades particulares que acumularam lucros exorbitantes resolveram “apostar” no crescimento do ensino à distância (EAD), segundo Celso Niskier, diretor presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), que representa 88% das

instituições privadas do país que oferecem a modalidade. Alunos do EAD, conforme a associação, já são maioria em metade das formações universitárias em que os estudantes podem optar entre o modelo presencial e o on-line.

Aulas à distância

A possibilidade de ampliar as aulas à distância nas graduações presenciais acelerou as mudanças que já estavam em curso dentro das instituições. A portaria 2117, assinada pelo ex-ministro da Educação, Abraham Weintraub, em dezembro de 2019, permite que as Instituições de Educação Superior (IES) ofereçam “carga horária na modalidade de EaD na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais até o limite de 40% da carga horária total do curso”. É o dobro do limite anterior, que era de 20%.

No entanto, conforme denunciado pelo ANDES-SN na cartilha “Projeto do capital para a educação, volume 4: O ensino remoto e o desmonte do trabalho docente”, o ensino remoto implantado pelas IES privadas e públicas do país consiste em atividades online - em tempo real ou não - que meramente permitem, sem nenhum apoio pedagógico ou qualquer estrutura adequada, a transposição de aulas presenciais para virtuais.

“O resultado é a mera ‘digitalização’ das aulas presenciais em vídeos de longa duração, compartilhamento de apresentações de PowerPoint de aulas e textos on-line que seriam indicados para leitura no formato presencial, assumindo-se como ‘a mesma coisa’. Preocupações com qualidade da educação, inclusão social e igualdade de acesso são secundarizadas e convertidas em problemas meramente técnicos”, denuncia o documento do Sindicato Nacional.

De acordo com o ANDES-SN, a educação não se reduz às atividades de ensino-aprendizagem por meio da reprodução e da memorização de conceitos, mas é um efetivo processo educativo que exige uma produção crítica e criativa do conhecimento, uma vivência que possibilita o diálogo entre educador e educando, assim como a interlocução entre diferentes áreas do conhecimento; e a experimentação de pesquisa, extensão, monitoria e outras ações político-pedagógicas, possíveis apenas na modalidade presencial.



Future-se é mais uma ferramenta de desmonte do Estado



Foto: MÍDIA NINJA

Em 27 de maio desse ano, em meio à pandemia do novo coronavírus, o governo federal encaminhou à Câmara dos Deputados o projeto de lei que institui o Future-se. O programa, entre outros pontos, cria um fundo de natureza privada para financiar as universidades, institutos federais e Cefet de todo o país.

“O governo apresentou o Future-se de novo na Câmara, como PL 3076/2020, na sua quarta versão, no auge da pandemia. O projeto se mantém praticamente igual, com algumas poucas modificações e vem num momento exatamente quando a classe trabalhadora e o nosso movimento - tanto o movimento docente quanto o estudantil e dos técnicos-administrativos - está impossibilitado de ir para a rua”, explica Elizabeth Barbosa, coordenadora do Grupo de Trabalho de Políticas Educacionais do ANDES-SN (GTPE).

De acordo com Elizabeth, a quarta versão traz poucas alterações em relação às anteriores. Retira do texto, por exemplo, a questão da alienação de patrimônio e de investimentos de R\$ 100 milhões para as universidades e institutos que aderirem ao Future-se. “A última versão já não apresenta mais esse quantitativo financeiro de investimento e o que a gente consegue perceber é que o principal ataque do programa tem muito a ver com que está, por exemplo, na exposição de motivos. [o Future-se] Vai reconhecer um novo regime fiscal e coloca que a única

alternativa para as universidades e para os institutos é o mercado”, aponta.

Desmonte do Estado

Lançado inicialmente em julho de 2019, pelo então ministro da Educação, Abraham Weintraub, o Future-se foi apresentado como uma “ponte para o futuro” para a Educação Superior pública, com teor meritocrático e mercadológico. Na época, surgiram questionamentos quanto ao respeito à autonomia universitária e a falta de garantia de financiamento público do ensino superior.

Como forma de chantagem, ainda no ano passado, o governo federal contingenciou recursos das instituições federais de ensino para forçar a adesão ao programa. Mesmo assim, mais de 30 universidades federais já rejeitaram o programa. E centenas de milhares de pessoas foram às ruas nos atos convocados pelas entidades do setor da Educação em protesto aos cortes orçamentários e ao projeto do governo.

“Desde a primeira versão do Future-se, uma das grandes respostas que demos, enquanto categoria docente, técnicos e estudantes, foi ir para a rua. Conseguimos botar muitos milhares na rua contra o Future-se, em todas as suas versões”, lembra Elizabeth.

De acordo com a diretora do Sindicato Nacional, o governo escolheu esse momento em que, devido à pandemia do novo coronavírus, as pessoas estão impedidas de protestarem nas ruas para

pautar o Future-se e, ainda, aprofundar uma série de medidas que, cada vez mais, descaracterizam a educação pública. “É um ataque brutal”, afirma.

Elizabeth aponta que a Reforma Administrativa, enviada ao Congresso Nacional agora em setembro, traz elementos que também constam no Future-se, como as parcerias público-privadas, as diferentes formas de contratação e terceirização, por exemplo, reforçando o caráter privatista das políticas do governo Bolsonaro. “Se a gente se debruçar sobre a reforma administrativa, vamos encontrar vários elementos que estão também dentro do Future-se”, diz.

Reação

Para a 2ª vice-presidente da Regional Rio de Janeiro do ANDES-SN, a reação para barrar o Future-se se dará de forma mais ampla também no âmbito do enfrentamento à Reforma Administrativa. “Eu penso que a luta contra o Future-se está imbricada com a luta contra a reforma administrativa, pois vivemos essa realidade de ensino remoto emergencial, suspensão de concursos, cortes nos orçamentos da educação, possibilidade de terceirização, fim da estabilidade, parcerias público-privadas com terceirização. Isso é, exatamente, implementar o Future-se, porque o Future-se trata desses elementos. A reforma administrativa vem reforçando o que já está dentro do programa Universidades e Institutos Inovadores e Empreendedores”, alerta.

A diretora do ANDES-SN lembra que o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais está puxando várias atividades em defesa dos serviços públicos, tanto nacionais como nos estados, como os atos do dia 30 de setembro e que já há outro previsto para o final de outubro. O ANDES-SN vem atuando, através das seções sindicais, na construção e fortalecimento dos Fóruns de Servidores nos estados, reunindo o funcionalismo municipal, estadual e federal contra os ataques que afetam os trabalhadores do serviço público nas três esferas.

“É um momento muito delicado da luta e o governo se aproveita dessa grande pandemia mundial, desse caos sanitário que assola o mundo e, principalmente, o Brasil, para apresentar uma série de medidas que destrói o serviço público, incluindo a educação pública”, reforça Elizabeth.

Volkswagen assina acordo de reparação por colaborar com ditadura e abre precedente histórico

Montadora entrou em acordo para indenizar em R\$ 36 mi mais de 60 ex-funcionários e descendentes; investigação mostrou colaboração da Volks com ditadura brasileira



Ato realizado em Belo Horizonte (MG), em 31/3/2019, lembra os mortos e desaparecidos durante a ditadura militar.

A montadora de automóveis Volkswagen foi a primeira empresa a assumir responsabilidade, enquanto pessoa jurídica, por colaboração com a ditadura empresarial-militar brasileira (1964-1985). Os fatos, trazidos à tona pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), mostram que a empresa, de origem alemã, foi proativa em denunciar funcionários, fornecendo nomes e dados e permitindo, inclusive, detenção e tortura dentro da própria fábrica.

Ao assinar acordo extrajudicial de reparação, a multinacional abre um precedente histórico no campo das reparações à violação de direitos humanos no Brasil, instaurando a possibilidade de que outras empresas sejam investigadas. Receberão indenização mais de 60 ex-funcionários, ou seus descendentes. O acordo soma R\$ 36,3 milhões e contempla ex-empregados que tenham sido presos, perseguidos e/ou torturados à época e, ainda, uma verba para iniciativas de promoção de direitos humanos.

Do montante, R\$ 16,8 mi serão destinados à Associação Henrich Plagge, formada pelos trabalhadores da empresa, a serem divididos entre os ex-funcionários perseguidos pela ditadura e R\$ 10,5 mi a

projetos de preservação da memória das vítimas. Os Fundos, Federal e Estadual, de Defesa e Reparação de Direitos Difusos irão receber R\$ 9 mi.

A montadora assinou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) após negociação com representantes dos ministérios públicos Federal, Estadual e do Trabalho, ainda restando ser homologado pela Procuradoria Geral da República. A empresa deverá, também, publicar uma declaração pública de cumplicidade com os órgãos de repressão em jornais nacionais de grande circulação.

Outras 53 empresas constam do Relatório Final da CNV, publicado em 2014, como cúmplices dos aparatos de repressão utilizados pela ditadura, entre elas Johnson & Johnson, Pirelli, Esso, Ultra, Mercedes-Benz, Itaú, Usiminas, Eternit, Odebrecht, Souza Cruz, Pfizer, Banespa, Petrobrás, etc.

A quebra de paradigma realizada através do acordo com a Volkswagen pode refletir na admissão de culpabilidade por parte dessas empresas, em um momento em que o governo federal nega sistematicamente que tenha havido um golpe militar, seguido por uma ditadura empresarial-militar no país e a Justiça não mobiliza esforços no sentido de reparação e memória das

vítimas, inclusive ignorando as decisões tomadas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) nesse sentido.

Para Luiz Henrique Blume, 1º vice-presidente da Regional Nordeste III do ANDES-SN, a admissão da responsabilidade por parte da empresa no apoio à repressão aos metalúrgicos e sindicalistas, é um acordo histórico. "Entendemos que é um passo importante na investigação sobre a participação dos empresários na ditadura empresarial militar", declara.

Para Blume, a participação da Volkswagen e de outras empresas foi muito maior que um simples apoio político à ditadura empresarial-militar. "Trata-se de um braço civil implementado com a finalidade de expansão das operações comerciais da empresa", opina.

Ele destaca que, conforme denúncia da Comissão Nacional da Verdade, a Volkswagen contribuiu ativamente com a ditadura, não apenas cedendo galpões como também doando 200 veículos para a repressão e financiando parte da Operação Bandeirantes, ou seja, a contribuindo com estrutura e a logística de controle do governo ditatorial.

Através de investigação interna encomendada pela própria Volks, apurou-se

que houve a colaboração entre a segurança interna da montadora e a polícia política militar por toda uma década, entre 1969 e 1979. Funcionários da fábrica, que exerciam atividades sindicais à época, foram presos e torturados não apenas com o conhecimento, mas com o aval e cooperação da montadora. Ainda, a sindicância revelou que a empresa aferiu benefícios econômicos ao enfraquecer a atuação do sindicato em conquistar melhores direitos trabalhistas aos seus filiados.

Segundo Blume, "o acordo firmado pela Volks é um início e um bom começo, mas cabe lembrar que não aconteceu à toa, apenas foi realizado após pressões para que a empresa assumisse parte da sua responsabilidade no apoio e no fornecimento de logística para repressão".

O diretor do Sindicato Nacional conclui dizendo que não apenas a identificação dos colaboracionistas, mas também a responsabilização destes precisa avançar bastante, ainda. "A Comissão da Verdade do ANDES-SN tem insistido que é preciso investigar e punir. As empresas têm que prestar contas à sociedade brasileira", afirma.

Repressão nas universidades

Oficialmente, a ditadura assassinou 434 não indígenas e 8.350 indígenas, segundo o relatório final da Comissão Nacional da Verdade, além de incontáveis pessoas que foram perseguidas, torturadas e/ou que sofreram alguma violação de seus direitos civis. No entanto, há razões para pensar que esse número seja bem maior.

Dos 434 mortos e desaparecidos, 106 eram estudantes universitários, 12 docentes e 1 técnico-administrativo, conforme o levantamento do professor de História Política, Milton Pinheiro, da Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Pinheiro foi um dos coordenadores da Comissão da Verdade do ANDES-SN.

Tornaram-se emblemáticos os assassinatos do presidente da agremiação estudantil na Universidade de Brasília (UnB) Honestino Guimarães, e o do professor da Escola de Comunicação da Universidade de São Paulo (USP) e jornalista Vladimir Herzog, ambos mortos sob custódia do Estado brasileiro. Os inquéritos policiais militares (IPM),

como o sofrido pelo professor de Sociologia da USP, Florestan Fernandes, se tornaram usuais.

Muitos estudantes e professores universitários foram perseguidos, expulsos ou receberam advertências; aconteceram invasões na Universidade de Brasília (UnB) e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), entre outras. Vários professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul foram demitidos.

Comissão da Verdade do ANDES-SN

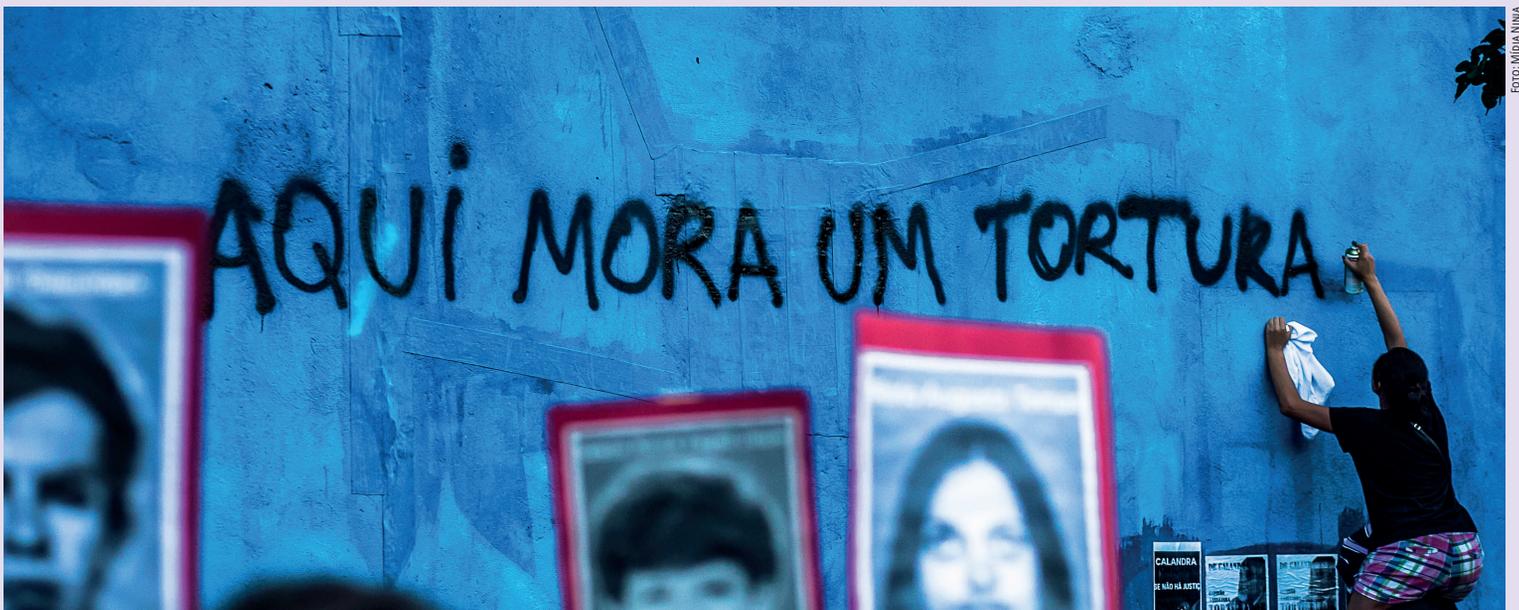
Em 2013, foi aprovada a criação da Comissão da Verdade do ANDES-SN, durante o 32º Congresso do ANDES-SN, para investigar fatos ocorridos durante a ditadura militar contra a comunidade universitária. Em 2015, seminários em diferentes cidades do País trouxeram relatos sobre graves violações de direitos humanos, que atingiram duramente docentes, funcionários e alunos. O Caderno 27 "Luta por Justiça e Resgate da Memória" traz o resultado dos debates.

Comissão Nacional da Verdade

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) apresentou, em 10 de dezembro de 2014, o relatório final das apurações a respeito de crimes e violações de direitos humanos ocorridos entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. O documento foi entregue à Dilma Rousseff, presidenta do Brasil à época do encerramento das atividades realizadas pelos sete membros do grupo de trabalho investigativo.

Somando 3,3 mil páginas, divididas em três volumes, o relatório agrega 1.120 depoimentos e milhares de documentos levantados em pesquisas no Arquivo Nacional e em arquivos estaduais.

O relatório final recomendou a responsabilização de mais de 300 agentes públicos, entre eles os cinco generais que foram presidentes da República durante a ditadura. Apontou, ainda, diversas empresas, tanto nacionais quanto internacionais, que contribuíram para a manutenção da ditadura fornecendo apoio, financiamento, entre outras formas de colaboração. O documento da CNV explicitou a face civil e empresarial do governo ditatorial militar, nominando diversos grandes grupos privados que foram beneficiados pelo apoio aos órgãos de repressão.



Escracho em casa de militar, durante ato em comemoração dos 50 anos da Ditadura Militar.

Brasil tem um dos piores indicadores da AL em relação aos direitos políticos das mulheres

FOTO: MÍDIA NINA



O Brasil ocupa um dos piores lugares, entre os países da América Latina, na avaliação dos direitos políticos das mulheres e da paridade política entre mulheres e homens, segundo o levantamento realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e a ONU Mulheres. A iniciativa, chamada Atenea, analisou 40 indicadores, que vão desde o grau de participação das mulheres nas eleições até a existência de estruturas voltadas à igualdade de gênero nos partidos e a atuação das mulheres nos espaços de decisão.

O Índice de Paridade Política (IPP) varia entre zero e 100 e os valores mais altos são atribuídos aos mais bem avaliados. O Brasil registrou o IPP de 39,5 e ficou em 9º lugar entre os 11 países latino-americanos mapeados – Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Peru e Uruguai.

O país registrou a menor pontuação no quesito efetividade da Lei de Cotas que, segundo as organizações, é considerada frágil. Ainda faltam mecanismos institucionais que garantam a sua efetividade e incidência nas condições de competitividade das candidaturas femininas. A baixa presença de mulheres no Judiciário também enfraquece a agenda da paridade de gênero, assim como nos cargos de Poder Executivo e Legislativo em nível local.

O documento aponta que os municípios brasileiros contam, atualmente, com a presença de apenas 11,5% de prefeitas

e 13,5% de vereadoras. Nos estados e no Distrito Federal, há somente uma governadora, no Rio Grande do Norte, e as mulheres ocupam 15,5% cadeiras nas assembleias legislativas e na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

“Os índices continuarão baixos, porque as cotas não resolvem problemas estruturais. Elas garantem uma cota mínima para as candidaturas das mulheres, o que é uma conquista importante e não podemos abrir mão, mas o Estado não garante as condições objetivas para que as mulheres se candidatem e permaneçam candidatas. Não há acesso a creches, restaurantes comunitários e, ainda, temos a institucionalização da dupla e tripla jornada de trabalho das mulheres, com o cuidado da casa e dos filhos, além de dar conta das tarefas da militância e política, e trabalhar”, afirma Caroline Lima, 1ª secretária do ANDES-SN e coordenadora do Grupo de Trabalho de Políticas de Classe para as Questões Etnorraciais, de Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS).

Para a docente, é necessário acabar com o machismo, racismo e a LGBTTFobia no país para reverter a situação. “Enquanto não houver uma mudança de forma estrutural nessa lógica de Estado patriarcal e misógino, que inclusive se omite frente ao crescimento dos casos de feminicídio e de violência doméstica nesse momento de pandemia, teremos ainda poucas mulheres assumindo essa árdua tarefa de se candidatar nos processos eleitorais”, avalia.

Eleições 2020

O número de candidaturas femininas cresceu nestas Eleições de 2020, conforme os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Entretanto, elas representam apenas 33,4% do total de candidaturas para prefeita, vice-prefeita ou vereadora. Dos 553,7 mil pedidos de registro de candidatura neste pleito, 184,7 mil são de mulheres. Em 2016, as candidaturas femininas atingiram 31,9% do total de 496,9 mil candidaturas.

O perfil da mulher que se candidatou este ano, em sua maioria, tem entre 40 e 44 anos, mais da metade é solteira ou divorciada - diferente dos homens que a maioria é casada -, não branca (amarelas, indígenas, pardas e negras) e possui o ensino médio completo.

Com poucos incentivos e barreiras históricas a superar, as mulheres ainda são uma parcela pequena na disputa pelas prefeituras: das 19.167 candidaturas que disputam as prefeituras em todo o país, nas eleições 2020, apenas 13,13% são mulheres.

“A nossa legislação é falha, primeiro porque ela exige que a chapa proporcional garanta os 30% de cotas femininas, já a chapa majoritária não é obrigada a isso. Ou seja, ainda temos em diversas chapas majoritárias, nas candidaturas para a prefeitura, que os dois nomes são masculinos. O espaço da política brasileira ainda é embranquecido, heteronormativo e elitista. Nas convenções partidárias, essa estrutura machista faz com que se crie uma noção de que esse lugar não é para as mulheres”, ressalta Caroline. “Romper com essa cultura patriarcal e machista é uma tarefa cotidiana”, acrescenta.

Paridade de gênero no ANDES-SN

Em 2019, durante o 38º Congresso do ANDES-SN, os docentes aprovaram, por maioria, a paridade de gênero para a diretoria do Sindicato Nacional. Com essa decisão histórica, o ANDES-SN instituiu um mecanismo que fortalece a participação de mulheres nos espaços de decisão e de direção.

Aprovou-se que, no mínimo, seis mulheres deverão ocupar os 11 cargos do bloco nacional da presidência, secretaria e tesouraria. Entre as 72 pessoas das direções regionais, deverá haver no mínimo 36 mulheres, somando todas as regionais. Também deverá haver, ainda, no mínimo 50% de mulheres em todas e em cada uma das vice-presidências regionais (1ª e 2ª vice-presidências regionais).

17 de outubro: Dia Nacional contra o Assédio Sexual e Moral nas Ifes, Iees e Imes

FOTO: SHUTTERSTOCK



Com o objetivo de intensificar o combate aos casos de assédio moral e sexual e conscientizar a categoria docente para a questão, 17 de outubro marca o dia de luta contra os assédios nas universidades federais, estaduais e municipais, institutos federais e Cefet. A data foi incluída no calendário de lutas do ANDES-SN em 2018, durante o 37º Congresso da entidade. Naquele ano, em decisão congressual, foi reforçada a necessidade da implementação de comissões e ouvidorias nas instituições federais, estaduais e municipais de ensino superior públicas para apuração dos casos.

De acordo com Mariana Trotta, encarregada de Assuntos Jurídicos do ANDES-SN, o intuito da data é abrir um espaço de debate com a categoria docente sobre situações assediosas, como enfrentá-las e combatê-las nas instituições de ensino. “O ANDES-SN mantém a campanha mesmo nesse momento, com as atividades presenciais suspensas em decorrência da pandemia da Covid-19. A ideia é pautar de forma virtual essa data como maneira de manter a luta constante de combate aos assédios moral e sexual nas IES, IFs e Cefet”, afirma.

A diretora do Sindicato Nacional explica que, nos últimos meses, houve um aumento nas denúncias de casos de assédio moral em razão do trabalho e ensino remotos. Segundo ela, as atividades virtuais têm fortalecido os processos de perseguição, assédio e criminalização da atividade docente, entre outros.

“Os docentes estão procurando a Comissão de Enfrentamento à Criminalização e à Perseguição Política a Docentes do Sindicato Nacional durante a pandemia. Além desse acolhimento, a Assessoria Jurídica Nacional (AJN) do ANDES-SN também elaborou uma nota técnica referente à implementação do ensino

remoto, em que recomenda ao docente que sofrer assédio moral, que procure a sua seção sindical para ter acesso à assessoria jurídica e, caso for necessário, que seja comunicado à Comissão de Enfrentamento”, explica a encarregada de Assuntos Jurídicos do sindicato.

Além do ensino remoto, têm sido frequentes as denúncias contra os interventores das universidades, institutos e Cefet, indicados pelo presidente Jair Bolsonaro. As indicações dos reitores, em várias instituições, têm obedecido ao alinhamento político de Bolsonaro, violando os princípios constitucionais da autonomia universitária e da impessoalidade e moralidade pública.

“A intervenção do governo federal não respeita a autonomia interna das instituições, como a lista tríplice e a escolha da comunidade acadêmica, o que aumenta os casos de assédio moral sobre os docentes. São situações de perseguições aos docentes que criticam as gestões e direções. É algo que tem nos preocupado e, no ANDES-SN, temos atuado, tanto politicamente quanto juridicamente, para garantir que seja respeitada a autonomia universitária e as escolhas dos reitores e diretores pelo corpo social das instituições de ensino”, disse Trotta, que reforçou a importância dos docentes, que passaram por situações de assédio, procurarem a seção sindical do ANDES-SN em suas instituições.

Um exemplo recente é o caso de cinco professores da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC). Os docentes estão sendo perseguidos pelo interventor José Cândido Lustosa Bittencourt Albuquerque, em função de suas atuações políticas e sindicais, podendo, até mesmo, serem punidos com demissão.

A Controladoria-Geral da União (CGU) recebeu, até o mês de julho, 680 denúncias de assédio moral apresentadas por funcionários públicos federais, desde o início do governo do presidente Jair Bolsonaro. Isso representa uma média de 1,2 casos por dia. As universidades federais de Goiás (UFG), Mato Grosso (UFMT) e do Amazonas (Ufam) estão na lista dos 10 órgãos e instituições com mais casos registrados, segundo levantamento feito pela Folha de S.Paulo.



A cartilha do ANDES-SN “Contra todas as formas de assédio, em defesa dos direitos das mulheres, das/os indígenas, das/os negras/os, e das/os LGBT”, elaborada pelo Grupo de Trabalho de Políticas de Classe para as Questões Etnicorraciais, de Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS), traz algumas dicas de como combater os assédios:

- Denunciar;
- Estimular a formação de Observatórios e Bancos de dados sobre assédio moral e cartilhas;
- Caso seja testemunha de assédio, colaborar com o/a colega que está sendo vítima;
- Lutar por maior transparência e democracia no ambiente de trabalho (Universidade), pois o assédio é um problema coletivo, não é uma situação interpessoal;
- Disputar projetos de leis que punam mais seriamente o assédio moral e sexual, racismo, machismo e lgbttifobia;
- Lutar pelo fim da estrutura que permite a hipercompetição;
- Combater o assédio sexual desmistificando a noção de culpabilização da vítima;
- Consentir é condição para qualquer tipo de contato, independente do lugar ou do nível de intimidade de quem o faça;
- Evidenciar a distinção entre assédio sexual e paquera;
- Combater a cultura do estupro presente na mídia (propagandas, filmes, novelas) e cultura popular.

PROFESSORAS E PROFESSORES:

*essenciais em tempos tranquilos,
indispensáveis em momentos difíceis*

15 de outubro

Dia da professora e do professor

A pandemia evidenciou algo que já denunciávamos: que este modelo de sociedade, baseado no lucro e na exploração, que despreza a vida e a natureza, precisa ser urgentemente superado.

Governos no mundo todo, aproveitando o isolamento social, tentam impor agendas que atacam frontalmente os trabalhadores, em especial professoras e professores; tentam implantar reformas que pretendem impedir a existência de uma educação pública, gratuita e de qualidade social; atacam a liberdade de

pensamento com tentativas de cerceamento.

Professoras e professores do Brasil todo já ocupavam as ruas, desde o ano passado, contra as políticas do governo Bolsonaro, em conjunto com estudantes e técnicos. Nos estados que repetem as barbaridades do governo federal de extrema-direita, com ataques à previdência e outros, também aconteceram protestos veementes nas ruas das cidades. Continuamos confiantes que a primavera há de surgir nas ruas após vencermos a batalha

da pandemia da Covid-19. Mas a luta não pode esperar! Por isto, das mais diversas formas, temos que resistir, temos que existir.

Mesmo frente às mais diversas dificuldades, professores e professoras em todo o País mostram que o ensino pode ser um instrumento de conscientização. Por isso mesmo este governo não cessa de atacar a educação, o conhecimento e a ciência. A resposta de professoras e professores é a resistência, e sua força é a esperança de dias melhores.

